

1. PALESTRA

1.1 Políticas Públicas Para Museus: Diversidade

Daniel Maurício Viana de Souza

Prof Dr Bacharelado em Museologia - UFPel

danielmvsouza@gmail.com

Resumo: Ao longo da primeira década e meia deste século presenciamos processos de inclusão nas áreas da cultura, da ciência e da educação, com abrangência e profundidade jamais vistas no Brasil. O campo dos museus, neste horizonte, foi beneficiário e agente de transformações resultantes de articulação integradora e participativa entre profissionais, instituições, públicos e demais sujeitos. As condições de possibilidade para isso estão diretamente atreladas às políticas públicas implementadas, sobretudo, na esteira da Política Nacional de Museus. Entretanto, cabe questionar: tais esforços, por si só, foram suficientes para dar conta das demandas históricas da área? Até que ponto a diversidade esteve realmente contemplada na visão institucional de tais políticas? Quais desafios ainda se impõem? Para tanto, se propõe uma reflexão sobre como compreender e operar o próprio conceito de diversidade em seu sentido sociocultural; seguida de uma discussão acerca das características, dos atores e da relevância dos museus na contemporaneidade; finalizando com um debate, ao mesmo tempo retrospectivo e prospectivo, sobre o alcance das políticas públicas, tendo em vista o almejado 'museu diverso'.

Palavras-chave: Museus. Diversidade. Políticas públicas. Sociocultura. Museologia. Museu diverso.

'Diversidade' como um conceito: entendê-lo e operá-lo

Como um conceito sociológico, mas também a partir de um corte interdisciplinar, a diversidade costuma ser compreendida como um dos próprios fundamentos para o engajamento crítico acerca de questões que envolvem etnicidade,

racialidade, gênero e sexualidade, inclusão e equidade, entre outras. Nesta perspectiva crítico-reflexiva, deve operar – tanto teoricamente quanto na prática – de maneira a minimizar ou refratar processos de iniquidade, exclusão e opressão na sociedade.

É possível afirmar com segurança que a diversidade, de maneira geral, é um fenômeno perceptível em quaisquer contextos de formação social cuja característica do multiculturalismo seja estrutural, como é no caso do nosso próprio país. Refiro-me aqui a variadas identidades sociais, presentes nos mais diferentes tipos de grupos e associatividades, étnicas, religiosas, técnico-epistêmicas, etc. Com efeito, são verdadeiras nações dentro da nação.

A complexidade inerente ao caráter diverso de tais realidades sociais poderiam justificar, inclusive, o questionamento sobre se, de fato, cabe considerar um país como o Brasil uma nação – pelo menos conforme ideário liberal/iluminista, tomando como “parâmetro classificador o processo civilizatório europeu” (MACIEL, 2007, p. 27). Em verdade, se trata de problematizar a própria racionalidade das “colas simbólicas” que nos manteriam unidos como sujeitos que se reconhecem e compartilham signos e sentimentos de vinculação identitária. Em outras palavras, é interpelar uma concepção ocidental/moderna de subjetividade essencialista, centrada, una e individualista.

Bauman (2004) é arguto ao nos lembrar sobre como, ao longo do século XVIII, o senso de identidade cultural foi fortemente promovido com intuito de suprimir visões, afetos e manifestações de pluralidade e diversidade. Tal perspectiva nos ajuda a pôr em xeque a própria razão de ser, nos dias atuais, do conceito de identidade. Afinal, fora de uma institucionalidade formal, normativa ou artificialmente imposta, nem sempre sobram argumentos para sustentar a existência de traços culturais autênticos e organicamente compartilhados, supostamente capazes de unir sujeitos – ou, no espírito da discussão em tela, criar identidades – em contextos e situações francamente contraditórias.

Dando foco privilegiado a um debate mais localizado, se percebe que, de fato, nossa multiculturalidade é profunda e medular. Por esta razão, também marcante é nossa diversidade, cultural, religiosa, social, linguística, étnico-racial, entre muitas outras. Diversos numa proporção em que, como brasileiros, independentemente de onde nascemos e vivemos, podemos tanto compartilhar, sim, certos signos, como

podemos ser tão diferentes e antagônicos ao ponto de gerarmos dispersões, rivalidades e antinomias somente compreensíveis entre sujeitos socialmente constituídos para além dessas fronteiras imprecisas e hesitantes da nacionalidade e da identidade.

Fundamental, entretanto, deixar claro que não estou com isso defendendo uma fraticidade ou uma ruptura da própria ideia de Brasil, em última instância. Até porque, isso seria assumir um conceito simétrico-oposto de identidade que gera estereótipos usados como argumento para grupos se diferenciarem valorativamente e, portanto, se distanciarem. Seria, neste sentido, reconhecer como legítimo um tipo de senso de comunidade, tão rígido e míope, que estaria, com efeito, sustentado em um princípio fundamental de rechaço à alteridade. Portanto, operar por essa lógica significaria dar sequência a práticas de exclusão, em todas as suas dimensões, mormente ao que – saindo da linha do que se convencionaria como “normal” – seria diferente. Toda diversidade estaria previamente interditada.

Por certo, entendo ser indispensável questionar sobre os alicerces de uma presumida unicidade social, sobretudo em um país pluriverso, multiétnico, multicultural, enfim, múltiplo em todas as dimensões possíveis, como é o Brasil. Por esta razão, defendo uma contraposição veemente ao recurso trivial do conceito de identidade, especialmente identidade cultural. Afinal, é como questiona Dervin (2014, p. 183) – com muita perspicácia, a meu ver: “como um indivíduo pode aceitar, respeitar e lidar com indivíduos diferentes, se ele está fortalecido em sua própria identidade?”

Considero que a diversidade é a chave principal para desfazer o equívoco inerente ao ideal da identidade – e, frisando o que havia afirmado antes, sobretudo ao da, assim chamada, identidade cultural. É contraproducente tentar manter estes outros generalismos como operadores conceituais analíticos, aplicados ao entendimento da nossa complexidade enquanto “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2018).

Alternativamente a conceitos redutores e insuficientes para lidar com realidades labirínticas como a nossa, penso que devemos abraçar a diversidade inclusive como via para constituição daquilo que Santana (2017) define como “comunidade bem-sucedida”. O múltiplo, o plural, o diverso, seria alicerce de um ideal de sociedade na qual,

indivíduos de diferentes raças, etnias, crenças religiosas, status socioeconômico, idioma, origem geográfica, gênero e/ou orientação sexual trazem seus diferentes conhecimentos, antecedentes, experiências e interesses para o benefício de sua comunidade diversificada.

Contudo, não se trata apenas de fazer a defesa de um ideal irrealizável, uma ideia bonita, “descolada”, e pseudo-engajada por ser esvaziada de sentido conceitual e operacional concreto. É fundamental entendê-la e operá-la de forma instrumental, como ferramenta de equidade, inclusão e empoderamento de raça, gênero, classe, geração, religião, capacidades, perspectivas político-ideológicas, entre outras.

Neste sentido, se faz importantíssima uma conjugação de práticas e conhecimentos, sejam formais ou informais; científicos ou senso comum; universais ou locais; contemporâneos ou ancestrais. Tal ecologia de saberes³ tem como potencializar posturas e atitudes que não apenas contemplem a diversidade como um dado, mas a maximize como fundamento de ação transformadora. Isso pode ocorrer, dentre outras maneiras, na figura de políticas públicas, como por exemplo, para a área da cultura e para o campo dos museus mais especificamente.

O Que Seria o Museu Diverso?

Tendo pensado a diversidade como um conceito, além de como operá-lo numa práxis transformadora, é preciso, a partir daqui, esboçar o delineamento teórico do museu diverso. Não se pode deixar de lembrar que, durante muito tempo, nos museus, não se via a multidimensionalidade das experiências humanas representadas. Nestas e em outras instituições culturais e de memória, de modo geral, não estavam representadas as “pessoas comuns”, ou que (re)existem “do lado do eles” das linhas abissais, sob o jugo da opressão dos privilegiados. De maneira oposta, até, o que se percebia no discurso museológico hegemônico era uma verdadeira tecnologia de subjetivação, operada como poder de fabricação de (sub)sujeitos; ou seja, poder em relação ao “outro”.

³ Ver: SOUSA SANTOS, Boaventura de. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Autêntica Editora, 2021; dentre outras obras do autor

Uma breve mirada histórica acerca de como os museus brasileiros trabalhavam suas coleções, permite trazer à luz inúmeros casos em que tal fabricação de subjetividade é levada a cabo. Por exemplo: objetos oriundos de religiões de matriz africana, antes, nos museus, constituíam coleções de feitiçaria, verdadeiras representações de um suposto atraso a ser superado. Do mesmo modo, eram comuns as leituras ufanistas, comemorativas, ou – quando diferente – pseudo neutras de coleções de cunho militar.

Antes de seguir nas exemplificações, é preciso deixar claro que, ao afirmar que esta perspectiva é histórica, não estou recortando uma temporalidade pretérita, trata-se, sim, de analisar elementos que, em certa medida, permanecem como princípios balizadores das práticas atuais de musealização. É o que se verifica, com efeito, em exposições que propõem valorizar as mulheres, mas que em suas abordagens expográficas mimetizam o corpo feminino de modo a reafirmar uma suposta natureza feminina. Assim como acontece ao se abordar a nossa mestiçagem como espírito que animaria uma identidade nacional abençoada, premissa controversa, típica de tradições como do luso-tropicalismo, do verde-amarelismo, ou do mito da democracia racial. Sem falar nos museus que se arvoram guardiões de valores histórico-culturais de “uma sociedade”, “uma cidade”, enfim, entidades coletivas abstratas, como se tais essencialismos universalistas fossem possíveis.

É preciso reconhecer, por outro lado, que hoje vivemos claramente “outros tempos”, em que a produção da alteridade baseada no pressuposto do etnocentrismo e da colonialidade, de maneira geral, está em plena problematização. Princípios totalmente superados? Certamente não. Porém, avanços profundos nesta direção são, sem sombra de dúvida, perceptíveis. Exemplo notável é o do Museu Municipal Parque da Baronesa, em Pelotas/RS. Constituído e motivado por uma tradição arraigada aos modos e costumes associados à, assim considerada, “elite pelotense”, o Museu da Baronesa hoje se empenha em implementar profundas mudanças, com especial atenção, segundo descreve Terra (2019, p. 33), à “introdução da população negra no discurso expográfico e oral da instituição”, algo impensável antes, considerando que “havia apenas uma possibilidade de existência para o povo negro naquela residência, que era uma manequim negra representando a escrava cozinheira”.

Seja como for, considero fundamental acentuar como historicamente a abordagem do campo, acerca da relação museu e diversidade, esteve fortemente atrelada ao recorte da cultura apenas; ou seja, a consagração do binômio diversidade cultural. Porém, nota-se, atualmente, um alargamento dessas abordagens, incluindo nessa equação, não só a cultura, mas a própria sociedade. É como nos ensina Hall (2006), diferente da subjetividade essencialista e individualizada, sustentada na identidade de cunho iluminista, o “sujeito sociológico”, sustentado na ligação entre cultura e sociedade, se forma, atua e percebe as condições de possibilidade de sua subjetividade como construção que se dá continuamente em razão das múltiplas e diversas interações sociais experienciadas ao longo de sua vida.

Imperativo assumir que o conceito de sociocultura requalifica, na contemporaneidade, uma preocupação antiga do nosso campo em geral. Algo que surge ainda em meados do século passado, se encontrando agora inevitavelmente atrelada a uma necessidade fundamental, a da desfragmentação analítica acerca dos fenômenos que nos são caros, nomeadamente em relação à memória e ao patrimônio. Em outras palavras, me refiro a uma práxis que não desmembra artificialmente as diversas manifestações, culturais e sociais, como se pudessem caber numa sorte de “caixinhas identitárias”.

Fundamental é, ao mesmo tempo, que os museus possam assumir a complexidade destas manifestações socioculturais em suas múltiplas possibilidades de interseção – ou, como consubstancialização, conceito sobre o qual me debruçarei aqui mais adiante. Por ora, é fecundo o entendimento de que os museus devem potencializar representações de uma sociocultura por meio da promoção de verdadeiras “situações complexas”, admitindo a relevância e a pulsão do caos, da irreversibilidade processual e, até mesmo, de um certo grau de indeterminismo (MORIN, 2015).

A práxis de um museu diverso, portanto, não pode simplesmente pretender preservar a cultura material de populações indígenas ou de matriz africana, mas deve problematizar, por exemplo, os vetores da colonialidade (ser, saber e poder)⁴ que as mantém como sujeitos subalternizados numa escala racista de suposta hierarquização

⁴ Ver: MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico, v. 2, p. 27-53, 2018; além de outros autores da decolonialidade.

humana. Não deve, da mesma maneira, intentar preservar saberes e fazeres de populações tradicionais, sem que se proponha refletir, dentre outras questões, sobre as querelas que envolvem a relação economia de subsistência versus produção/consumo de massas, e seus impactos ambientais. Bem como, não pode simplesmente se ocupar de implementar exposições largamente instrumentalizadas em termos de acessibilidade arquitetônica, mas sem a preocupação com as barreiras advindas em razão das situações de classe – inclua-se aqui as dimensões do dinheiro, do trabalho, do conhecimento, da educação, etc. – que, em última instância, limita o próprio caráter público dos museus.

O fato é que, desde a década de 1990, se percebe, mundo afora, iniciativas que intentam fazer com que, não só o campo dos museus, mas da própria cultura em geral – atenta às suas articulações inerentes com a sociedade –, entenda e execute essa perspectiva da diversidade. Sem que entremos ainda no fenômeno específico das políticas públicas, daria pra citar o reflexo e o impacto disto nos museus, considerando, por exemplo: publicações de manuais e textos normativos; projetos de incentivo ao envolvimento de jovens oriundos de comunidades periféricas; programas de treinamento/formação que visam despertar competências baseadas em saberes e conhecimentos locais e tradicionais; exposições e demais atividades que buscam pesquisar e difundir pressupostos culturais de povos não branco-ocidentais-modernos; entre outros. A própria inclusão destas discussões na agenda dos mais importantes encontros internacionais no mínimo indica uma tendência de diversidade na Museologia de hoje, mas, também, na que queremos para o futuro.

O museu diverso é aquele que abarca, de forma consubstancial, a pluralidade sociocultural. Tarefa que implica na compreensão de que o campo social é atravessado por tensões entre grupos de interesses e culturas diversificadas, envolvendo relações de poder, dominação, opressão e exploração, além de muitas outras. Ouso dizer que se trata de complexificar o próprio fato museal, na medida em que suas relações inerentes, uma vez consubstanciais, conforme perspectiva de Kergoat (2012), estariam de tal forma enoveladas que qualquer tentativa de separação, analítica ou operacional, seria uma artificialidade falaciosa.

Sem distanciar desta premissa de fundo, seria possível, ainda, transitar pela perspectiva latouriana do border-crossing. Nestes termos, deve-se entender nossa sociocultura como ontologia de geometria variável (MORAES, 1997), potencializando,

assim, conexões, associativismos, ressonâncias e reconhecimentos orgânicos, sempre numa dinâmica contínua de possibilidades, e não artificialmente impostos como nos discursos sobre identidade e nação, além de outros que implicam, também, na própria relação memória e patrimônio. Concretamente, são auspiciosas as experiências museológicas, hoje em dia, que já decorrem do pressuposto da diversidade.

Cabe mencionar aqui, a título de exemplo, alguns casos paradigmáticos, tais como, o do Museu das Remoções. Localizado na Vila Autódromo, Zona Oeste do Rio de Janeiro/RJ, é um museu resultante da iniciativa de uma comunidade – por sua vez originária de uma colônia de pescadores – que luta para resistir ao apetite voraz da especulação imobiliária. Outro exemplo é o do Ecomuseu de Maranguape, estabelecido no Distrito de Cachoeira, Ceará. Em uma localidade rural, na qual confluem todas as tipificações do nosso processo de colonização, é uma iniciativa local de integração através dos elementos socioculturais, preservados e vividos intensamente, em diálogo contínuo entre saberes, costumes, território e (re)existência. Cumpre incluir nesta lista de exemplos o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, localizado num bairro da periferia da Zona Sul de Porto Alegre/RS, nascido também da iniciativa de memória e autorreconhecimento daquela comunidade, que remete aos tempos das estâncias de criação de gado.

Além dos já mencionados, valeria ainda destacar várias outras iniciativas do campo que carregam consigo a ontologia da diversidade. Contudo, apenas para aludir a mais algumas, nomeio o Museu da Diversidade Sexual, que fica no Centro de São Paulo/SP. Embora vinculado à esfera estadual, nasce da confluência entre as lutas históricas de movimentos sociais e reivindicações diversas. Invoco, ainda, projetos como: o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, uma construção coletiva da comunidade negra local, evocando a memória desta população através das marcas de sua vivência nos territórios da capital sul riograndense; o Museu Histórico de Morro Redondo, criado na zona sul do RS, por iniciativa popular, numa espécie de vontade de memória sustentada nas tradições do cotidiano local; e o Muluca – mundo-lugar-casa, projeto que transita entre arte e sociomuseologia, potencializando uma ativação coletiva de musealidades, trabalhando experiências comuns de vida como verdadeiros museus-fenômeno, performances e emoções museais.

Logo, é fundamental ter em conta que não é preciso que o museu tenha “diversidade” no seu nome, nasça em contextos periféricos ou socialmente alijados. A diversidade pode estar presente como princípio fundante de frentes de ação de propostas museológicas comumente chamadas de normativas – ou, tradicionais, conforme literatura pregressa. Com efeito, ser diverso independe da tipologia, da vinculação ou da denominação. Uma vez compreendida a partir desta perspectiva, se tornam perceptíveis as potencialidades da diversidade como subsídio, tanto da ação museológica em si – realmente dialógico-comunicativa, múltipla e plural –, quanto de políticas públicas estabelecidas para permitir e alavancar, ampla e consistentemente, tais ações.

Políticas Públicas, Museus e Diversidade

No ano de 2002, por ocasião do 8º Fórum Estadual de Museus/RS, veio à luz um documento no qual se propunha diretrizes fundamentais para a implantação de uma política para o setor museológico e de patrimônio cultural nos âmbitos estadual e federal. Este documento, que ficou conhecido como a Carta de Rio Grande, balizou muito do que viria a constar na própria Política Nacional de Museus (PNM), lançada um ano depois. No que concerne especificamente à diversidade, estavam presentes princípios medulares, tais como o desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; e o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.⁵

Porém, antes de uma análise mais focada na PNM, seus impactos e resultados em termos de políticas públicas voltadas diretamente aos museus, proponho fazer uma brevíssima reflexão histórica sobre as políticas de diversidade no Brasil desde o início do século XXI. Nesse sentido, é importante acentuar que era impensável a questão da diversidade como eixo central de iniciativas de Estado há pouco mais de

⁵ Ver POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Maio de 2003. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf.

20 anos atrás. Por certo, tal dado contribui inclusive na argumentação acerca do quão fulcral foi, à época, a contribuição da Carta de Rio Grande.

Outra constatação importantíssima a ser sublinhada aqui é a de que esta inclusão da diversidade na agenda estatal só foi possível em razão das lutas populares e de trabalhadores, organizadas em movimentos e coletivos sociais, ou não, que histórica e insistentemente empunham bandeiras emancipatórias acerca de gênero, raça, geração, capacidades, etc. Obviamente que a chamada “onda rosa” – também conhecido como maré rosa – ocorrida na América Latina durante a primeira década dos anos 2000, aliada a uma efervescência mundial na luta contra a exploração capitalista em suas articulações com o colonialismo e o patriarcado, propiciaram uma aproximação de tais organizações com os governos. De fato, se consolidam articulações que facilitam alternativas de enfrentamento contra as estruturas sociais, epistêmicas e políticas de sustentação à monologia característica do poder opressor, historicamente dominante. O Fórum Social Mundial é um excelente exemplo.⁶

Seja como for, e ainda que de maneira incipiente – conforme argumentarei em seguida –, a diversidade, como uma das bandeiras históricas dessas lutas, se transforma em fundamento para políticas públicas a partir das mais diversas esferas do poder estatal. São, portanto, políticas de combate ao racismo, ao machismo, à LGBTfobia, ao capacitismo, ao ageísmo, e tantas outras formas de preconceito e exclusão. Cabendo acentuar que são iniciativas construídas tanto na forma de políticas universais como na de ações afirmativas.

Entretanto, como aventei um pouco antes, há fragilidades nessa construção, sendo umas das principais delas o fato de que os beneficiários dessas políticas foram, em larga escala, mais objetos do que sujeitos propriamente. Seja como for, Gomes (2017, p. 11) acentua que,

Embora o projeto de inserção como quadros nas estruturas do Estado (por exemplo, ministérios específicos para temas da diversidade e com orçamento

⁶ Conforme palavras de Sousa Santos (2005, p. 4), o Fórum Social Mundial “sintetiza a aspiração, por parte de um conjunto de grupos sociais subalternos extremamente diversificados, a uma sociedade social, política e culturalmente mais justa, liberta das formas de exclusão, de exploração, de opressão, de discriminação e de destruição ambiental, que caracterizam o capitalismo em geral”.

específico) e nos governos (gestoras, gestores, cargos de confiança e da administração burocrática) ainda tenha sido de forma subalterna, os movimentos sociais e coletivos sociais diversos conseguiram que algumas das suas temáticas históricas se transformassem em políticas públicas nas esferas federal, estadual, municipal e distrital.

Outra deficiência é a pouca articulação dessas políticas, voltadas à diversidade, com áreas “convencionais” como a educação, a saúde, a assistência social, entre outras. Indiscutivelmente, tal realidade denota certa miopia quanto à necessidade fundamental de considerar a multidimensionalidade da cultura e da sociedade na perspectiva da consubstancialidade, ou, conforme abordagem de Saffioti (2004), “entrelaçadas em nó”.

Além do mais, há um problema histórico do nosso país que requer um investimento pesado no sentido de nos reeducarmos, para, só assim, podermos compreender e aceitar a diversidade. Pois, no caminho de uma construção visando a superação de assimetrias e a aceitação de diferenças e pluralidades, que deve se produzir no entrecruzamento entre sociedade, cultura, política, economia, etc., se torna incontornável o enfrentamento e a efetiva derrubada de preconceitos, ideologias e hábitos que apregoam e eternizam ódio e intolerância a toda e qualquer manifestação de alteridade.

Não é por acaso que as mudanças e impactos dessas políticas produziram violentos rechaços do *stablishment*, mundo afora, vide as revoluções coloridas, guerras híbridas, golpes de estado, e tantos outros eventos reacionários. Afinal, garantir a diversidade significa tensionar com os mais sensíveis mecanismos de poder, em suas inúmeras dimensões, implica desnaturalizar as formas de violência, dominação, opressão e desigualdade, desnudando toda sua perversão. Infelizmente, deste contexto de conflitos não deixa de resultar, também, lamentáveis retrocessos e perdas de direitos a duras penas conquistados.

Considerando todo este quadro, apesar da Política Nacional de Museus – como símbolo do apogeu de conquistas e avanços do campo museal – ainda existe um longo caminho a ser percorrido na direção do estabelecimento de políticas públicas voltadas à promoção e à garantia da diversidade nos museus do país. Algo que deve ser, inequivocamente, levado a cabo de forma ampla e profunda, dando conta das

complexidades implicadas na pluridimensionalidade sociocultural que nos é característica.

Concretamente, o que é possível mapear, como alguns estudos comprovam⁷, são iniciativas que partem de agentes do próprio campo, articulados em redes, sistemas, associações, entidades académicas ou não, movimentos, entre outras. São inúmeros casos, sem dúvida, como os dos exemplos aqui mesmo mencionados, além de muitos outros que poderiam ter sido listados neste artigo.⁸ Porém, como ciência, área de conhecimento e produção de saberes e práticas, penso ser necessário não desviarmos de um questionamento fundamental: até que ponto seria possível abarcar a complexidade consubstancial do museu diverso no escopo de políticas públicas – seja para museus ou para o próprio campo da cultura, além de outros – realmente consistentes, com mecanismos e linhas de incentivo, largo alcance e com perspectiva de permanência num longo prazo?

Museus são microcosmos do mundo ao nosso redor (CHAGAS, 2002). Sendo assim, essas tantas iniciativas que pavimentam o caminho em direção ao museu diverso claramente denotam os bons ventos que sopraram a favor da cultura, da arte, da educação e da ciência, na primeira década e meia do século XXI. Todavia, o período de “tempo bom” foi curto. Se, de forma articulada, considerarmos as dificuldades históricas para se abarcar a diversidade como um ethos inclusivo, além da própria tradição autoritária que é marca indelével da formação social de um país forjado na desigualdade, devemos firmar consenso acerca da necessidade de ainda estarmos permanentemente alertas. É preciso, sim, que ainda estejamos em prontidão para enfrentarmos casos recorrentes que refletem claramente a intolerância ao que é diverso, desviante, marginal, periférico, não-normativo, e por isso mesmo, crítico, afrontoso, empoderador e inclusivo.

Não nos esqueçamos jamais que autoritarismo, opressão e ódio ao outro, não são prerrogativas exclusivas de ditaduras e demais regimes de exceção. Aliás, o cientista social Carlos Eduardo Santos Pinho, entrevistado por Santos (2019), nos

⁷ Ver, por exemplo: BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia e Comunidades LGBT: mapeamento de ações de superação das fobias à diversidade em museus e iniciativas comunitárias do globo. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 54, n. 10, 2017.

⁸ Mas que optei por deixar de fora, principalmente por conta de limitações como, por exemplo, o número total de laudas.

lembra muito bem que acreditar nisto, é, na realidade, ignorar os processos históricos que engendram sucessivos golpes de estado e demais violências, concretas e simbólicas, que banalizamos no nosso cotidiano enquanto sociedade. Não nos esqueçamos da censura imposta à QueerMuseu⁹ e, mais recentemente, à exposição do Prêmio Cultural Pindorama em Bagé¹⁰. Não nos esqueçamos do fechamento arbitrário do Museu da Diversidade Sexual¹¹, nem do encerramento de uma ala inteira do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) dedicada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹². Bem como não devemos nos esquecer jamais de muitos outros casos, que nem sempre ganham tanta repercussão, como a acusação de pedofilia em exposição do Museu de Arte Contemporânea do Mato Grosso do Sul (MARCO)¹³; ou a recusa do próprio Museu Nacional dos Correios de Brasília em receber obras consideradas “inadequadas”¹⁴.

Portanto, não é possível pensarmos os museus, e concretizarmos o desejo do museu diverso, sem percebermos, compreendermos e enfrentarmos os desafios socioculturais, políticos, econômicos, ambientais, entre outros que se impõem, neste nosso tenso e intenso tempo atual. Para tanto, defendo, com a veemência exigida pelas circunstâncias, que nos municiemos de uma perspectiva complexa e consubstancial. Pois, do mesmo modo, não é possível propormos e implementarmos políticas públicas para este museu diverso e inclusivo sem reconhecermos e potencializarmos a pluridimensionalidade da nossa cultura, concatenada ao compromisso de construção de uma sociedade empática, que respeita e convive com as diferenças, sem tolerar a desigualdade ou qualquer tipo de privilégio e

⁹ Ver: QUIROZ, Jair Jose Gauna. Censura das memórias subterrâneas nos museus de arte: Exposições El Tercer Mundo e Queermuseu. Orientador: Daniel Maurício Viana de Souza. 2021. 269 f. Dissertação, Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

¹⁰ Ver: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/03/25/exposicao-de-arte-sobre-a-pandemia-e-encerrada-em-bage-censura-repudia-unipampa.ghtml>

¹¹ Ver: <https://www.hypeness.com.br/2022/05/museu-da-diversidade-sexual-por-que-justica-fechou-1a-instituicao-do-tipo-na-america-latina/>

¹² Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/05/masp-veta-fotos-do-mst-em-mostra-que-tem-nucleo-cancelado.shtml>

¹³ Ver: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/deputados-de-ms-dizem-que-obras-em-museu-fazem-apologia-a-pedofilia-e-policia-apreende-quadro.ghtml>

¹⁴ Ver: SANTOS, Márcio Tavares dos. A arte como inimiga: as redes reacionárias e a guerra cultural (2013-2021). Orientador: Marcelo Mari. 2021. 396 f. Tese, doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arte do Instituto de Artes da Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

normatividade essencialista. Em uma palavra: desfragmentar o pensamento para potencializar a ação diversa/plural.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Z. **Identity**: Conversations with Benedetto Vecchi. Cambridge, Malden: Polity Press, 2004.

CHAGAS, Mário. A Escola de Samba como lição de processo museal. Caderno Virtual de turismo, v. 2, n. 2, p. 15-18, 2002.

DERVIN, F. Cultural identity, representation and othering. In: JACKSON, J. The Routledge Handbook of Language and Intercultural Communication. NewYork: Routledge, 2014, p. 181-194.

GOMES, Nilma Lino. Políticas públicas para a diversidade. Sapere aude, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 7-22, Jan./jun. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

KERGOAT, Danièle. **Se battre, disent-elles....** Paris: La Dispute, 2012.

MACIEL, Fabrício. **O Brasil-Nação Como Ideologia**: a construção retórica e sócio-política da identidade nacional. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, Marcia Oliveira. Estudo das Técnicas na Perspectiva das Redes de Atores. Revista do Departamento de Psicologia da UFF, Niterói, v. 9, n. 2 e 3, p. 60-67, 1997.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

SANTANA, Dania. What Is Diversity And How I Define It In The Social Context. Embracing Diversity. April 24, 2017. Disponível em: <http://embracingdiversity.us/what-is-diversity-define-social-diversity/> . Acesso em: 26 maio 2022.

SANTOS, João Vitor. O autoritarismo na formação econômica, social e política do Brasil. Entrevista especial com Carlos Eduardo Santos Pinho. **IHU-Online**. 2019. Disponível em < <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/591015-o-autoritarismo-e-seu-peso-na-formacao-economica-social-e-politica-do-brasil-entrevista-especial-com-carlos-eduardo-santos-pinho>> . Acesso em: 27 de maio de 2022.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Fórum Social Mundial: manual de uso. Fórum Social Mundial: manual de uso, p. 1-154, 2005.

TERRA, Adrieli Corrêa. **A (in)visibilidade da população negra nos museus da cidade de Pelotas**: uma análise do passado e presente, para projetar o futuro. Orientador: Daniel Maurício Viana de Souza. 2019. 64 f. Monografia, Bacharelado em Museologia - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.